



----- Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezassete, nos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, compareceram pelas catorze horas, os Senhores: EDUARDO MANUEL DOBRÕES TAVARES, Presidente Substituto; ANTÓNIO MANUEL AMARAL SALGUEIRO, VICTOR JOSÉ NEVES BEBIANO e JOSÉ JOAQUIM REBOREDO ALMENDRA, Vereadores. -----

----- Faltou, por motivo justificado, a Senhora Presidente BERTA FERREIRA MILHEIRO NUNES. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por **unanimidade**, dos presentes, nos termos da alínea c) do artigo 39º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, justificar a falta mencionada. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente Substituto declarou aberta a reunião, após o que foram lidas e aprovadas, por **unanimidade**, dos presentes as atas das reuniões de 24-10-2017 e 14-11-2017 e tomadas as seguintes deliberações: -----

BALANCETE

----- Foi tomado conhecimento da existência de fundos através do Balancete do dia vinte e sete de novembro de dois mil e dezassete, que acusa o saldo de **€110.450,06** (cento e dez mil quatrocentos e cinquenta euros e seis cêntimos) em dotações orçamentais e de **€170.193,16** (cento e setenta mil cento e noventa e três euros e dezasseis cêntimos) em dotações não orçamentais. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Vereador Victor Bebiano começou por ler uma proposta sobre a “Seca Extrema, Apoio aos Agricultores e Produtores Pecuários”, que a seguir se transcreve: -----

“Portugal vive a segunda maior seca de sempre, segundo dados do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), cerca de 81% do país estava em seca severa e 7,4% em seca extrema a 30 de Setembro. Em outubro a situação agravou-se: no final do mês, todo o território continental encontrava-se em situação de seca severa (24,8%) e extrema (75,2%). Tudo porque choveu 30% do valor normal. O outubro de 2017 foi o mês de outubro mais quente dos últimos 87 anos, ou seja, desde que há registos (1931), com um valor médio da temperatura média do ar cerca de 3ºC acima do valor normal. As temperaturas estão acima da média e já ninguém tem dúvidas sobre as alterações climáticas no país. -----

É entendimento da Coligação “Acreditar em Alfândega da Fé” que se estabeleçam medidas para minorizar os efeitos da seca no nosso concelho e acima de tudo que perante a situação de seca extrema, em que o Município de Alfândega da Fé se encontra e sendo este um concelho com grande actividade agrícola, haja da parte do município respostas de ajuda efectiva aos agricultores/produtores. -----

Tendo em consideração estes factos que directa ou indirectamente nos afectam a todos é na perspectiva da coligação “Acreditar em Alfândega da Fé”, necessário actuar com urgência. -----

Propomos que sejam incluídas na ordem de trabalhos da próxima reunião de câmara as seguintes propostas de apoio aos agricultores: -----

----- Participação financeira e apoio no processo de legalização para a realização de captações de água através de furos artesanais, que vão possibilitar aumentar as reservas de água e cumulativamente poupar a água que existe disponível para regadio. -----

----- Apoio aos Agricultores no processo de licenciamento de Charcas e pequenas barragens, tendo em conta que se trata de processos muito burocráticos, que exigem o parecer de diferentes organismos e para os quais os agricultores -----



sentem imensa dificuldade. A construção destes pequenos embalses de água podem trazer um grande contributo ecológico, na prevenção dos efeitos da seca e nas melhorias da produtividade agrícola. -----

----- Encetar esforços junto da EDP para que o regadio a partir da Barragem do Baixo Sabor seja uma realidade, criando pontos de captação e bombagem para depósitos estrategicamente colocados que possibilitem a partir dali servir os agricultores. -----

----- Criar no parque verde, uma zona de captação de água, numa das nórias antigas que lá existe, para através daí se regarem todos os espaços verdes do Município, evitando de regar da barragem da Esteveinha, aproveitando deste forma um recurso que ali abunda. -----

----- Outros dos sectores que têm sido muito afectados são a ovinicultura e caprinocultura. A seca extrema que se tem sentido no concelho, impediu o normal desenvolvimento de pastagens e forragens, e isto teve repercussão directas no sector. Esta situação, além de prejuízos graves para os criadores, pode mesmo pôr em causa a manutenção dos respetivos efectivos pecuários, com consequência dramáticas para a economia rural, para o adequado ordenamento do nosso território e consequentemente para a população em geral. -----

----- Nesta matéria e para minorar os prejuízos que os nossos criadores têm tido, propomos: -----

----- Apoiar todos os criadores do concelho, com o pagamento dos controlos sanitários já a partir de 2018, através de protocolos estabelecidos com as associações que efectuam esse serviço, aliviando desta forma a carga a carga financeira que os produtores tiveram excepcionalmente com a alimentação animal. -----

----- Apoiar todos os criadores com um vale para compra de ração no comércio de Alfândega da Fé, em função do número de cabeças de gado que possui. -----

----- Apoiar os criadores na identificação de soluções eficientes para o abeberamento de animais, através da criação de bebedouros de uso comum nas localidades onde existe a prática da pastorícia e incentivar a colocação de bebedouros eficientes nos estábulos.” -----

----- De seguida, o Senhor Vereador Vitor Bebiano disse que as valetas das Estradas de Eucísia, Gouveia e Valverde, de Ferradosa e Sendim da Serra e da Estalagem-Colmeais, estão sujas. -----

----- Depois, referindo-se aos CEI's, disse que algumas pessoas nessas situações se queixaram de não terem recebido e pretende saber se houve algum problema relativamente ao pagamento de vencimentos às pessoas nestas situações. -----

----- Por fim, O Senhor Vereador Vitor Bebiano perguntou se não seria benéfico para este Município, isentar ou reduzir às taxas a que o Regulamento da Urbanização e da Edificação do Município de Alfândega da Fé (RUEMAF) obriga, às pessoas que queiram construir a sua primeira habitação. -----

----- Seguidamente, usou da palavra o Senhor Presidente Substituto, Eduardo Tavares proferindo vários esclarecimentos. -----

----- Em primeiro lugar e, no que se refere à seca extrema que estamos a viver, entende que é uma questão pertinente e que é uma realidade a nível local, regional e nacional. -----

----- Este Executivo, disse, não está só agora preocupado com a falta de água devido às alterações climáticas. Sempre tiveram essa preocupação, até porque temos vindo a trabalhar no sentido de termos uma estratégia para o regadio do concelho, ou seja, ao fim de 10 anos quando iniciamos este Plano, ainda na oposição, iniciamos várias iniciativas e trabalhos que tem dado o seu fruto. Acrescentou ainda que Não foi por acaso que foi feita a tempo e horas a reabilitação do Regadio da Esteveinha, já imaginaram se não tivesse sido reabilitado, questionou. A situação seria mais catastrófica, certamente. Informou ainda que, relativamente à reabilitação da Rede de Rega da Camba, o projecto,



no valor de 7.3 Milhões de euros, está em fase de adjudicação, estando previsto o início dos trabalhos para o primeiro trimestre de 2018, no sentido da colocação de novas adutoras, hidrantes e contadores de água. -----

----- O Senhor Presidente Substituto, Eduardo Tavares, informou depois, que estão a apoiar o regadio do Vale da Vilariça, mais concretamente na freguesia de Vilarelhos, onde existe rede de rega, mas fora do perímetro. Urge rectificar, o cadastro já está feito com o apoio do Município, disse. -----

----- Posteriormente, disse que submeteram, finalmente, a tão ansiada candidatura para o desenvolvimento hidroagrícola do Planalto Vilar Chão-Parada, projeto que já vem do tempo do Engenheiro Camilo de Mendonça e que se espera que venha a ser aprovada durante 2018. -----

----- O Senhor Presidente Substituto, Eduardo Tavares continuou dizendo que continuam, em conjunto com a ADRAFE, a reivindicar, junto da DGADR, melhorias no Aproveitamento Hidroagrícola da Esteveinha e foi com esse esforço que se conseguiu mais um projeto para beneficiar este Aproveitamento, neste caso, a beneficiação de todo o sistema hidráulico de adução de água à barragem da Esteveinha, este projeto está orçado em cerca de 1.2 milhões de euros. Preocupados com a falta de água, acrescentou que têm em marcha um plano que possa vir a ser integrado ao perímetro hidroagrícola do Vale da Vilariça, um projecto para a aldeia de Santa Justa, criando 5 ou 6 hidrantes para os habitantes desta aldeia, tendo de seguida, apresentado em cima da mesa a planta do projecto em causa e feito uma breve explicação. -----

----- Quanto ao apoio às charcas, em Gebelim e Soeima já existem e também em Covelas. -----

----- O Senhor Presidente Substituto disse também que pretendem ajudar os agricultores que estão na zona periférica da Barragem do Baixo Sabor no sentido de levar electricidade aos seus terrenos e ver ainda outras soluções que carecem ainda de algum estudo para avaliar os custos das mesmas. Quanto ao Parque Verde, referiu que as nórias que lá existem ficam sem água rapidamente ao fim de algumas horas se forem utilizadas para a rega. No entanto, concorda que, em caso de extrema necessidade, podem e devem ser utilizadas, como acontece às vezes. Queremos, disse, minimizar as zonas verdes públicas, e como já vos referi, vamos suprimir vários canteiros/jardins menores no sentido de poupar água, já iniciamos essas medidas e iremos reforçá-las em 2018. -----

----- O Senhor Vereador José Almendra interveio de seguida, dizendo que o Município deveria reservar a água da Barragem da Esteveinha para a agricultura e arranjar outras soluções para as regas públicas. A questão das charcas deve ser vista no sentido de facilitar os processos de licenciamentos aos agricultores, pois existem demasiadas burocracias. Acrescentou que a Câmara poderia fazer um trabalho interessante. Disse depois que O território do Concelho não é abrangido na totalidade por regadios públicos, bem pelo contrário. A maior parte da produção agrícola do concelho provém de explorações com pequenos regadios privados ou em sequeiro. Nesse sentido, continuou, e porque não é possível criar regadios públicos em todo o território, disse que também é muito importante apoiar os pequenos regadios privados. Concluiu, dizendo que estas pequenas charcas são úteis até pela questão ambiental, mas o que se pretende é que haja mais facilidade no que respeita às burocracias dos licenciamentos. -----

----- O Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares, respondeu dizendo que são questões que devem ser vistas até porque a seca tem tendência a continuar. Informou também que querem duplicar a área de regadio nos próximos 4/5 anos, passar dos atuais 1000 ha para os 2000 ha. Para esse efeito, gostariam também, disse, de fazer uma nova Barragem, na zona dos Vilares da Vilariça, para reforçar o sub-bloco da Burga no Vale da Vilariça, mas a situação financeira não ajuda e não é suficiente para avançar com todos os projetos ao mesmo tempo. -----

----- No que diz respeito ao controle sanitário e à oferta de vales para os agricultores, o Senhor Presidente Substituto, Eduardo Tavares, referiu que tem que se ver muito bem e avaliar todos os custos porque estas medidas podem por em causa a execução de alguns deste projetos. O Senhor Vereador José Almendra alertou para o facto de



haver cada vez menos pastores no nosso Concelho e que trabalhar com animais é diferente do que trabalhar com plantas. Os produtores de gado não têm pasto, disse, não têm forragens e assim estão comprometidos. Acrescentou ainda que esta gente vive dos animais e que assim corre-se o risco de abandonarem a actividade. O Senhor Vereador José Almendra entende que se deveria ponderar muito bem sobre esta situação. O Senhor Presidente Substituto Eduardo Tavares, disse que será uma questão a ser refletida e ponderada numa próxima reunião de câmara. -----

----- Relativamente às valetas nas freguesias que o Senhor Vereador Vítor Bebiano disse no início da reunião, o Senhor Presidente Substituto, Eduardo Tavares disse que tem conhecimento que de facto estão em mau estado, inclusive os sinais e informou que amanhã irão começar a fazer esses trabalhos de melhoramentos e limpeza. -----

----- O Senhor Vereador José Almendra alertou também para o facto de, na estrada Eucísia/Vilarelhos, junto ao cruzamento de Vilarelhos, existir um aqueduto em mau estado e que poderá por em risco os utilizadores desta estrada, acrescentando ainda que este problema se encontra diagnosticado à vários anos. O Senhor Presidente Substituto, Eduardo Tavares, respondeu dizendo que já tinham lá estado os Técnicos a verificar e disseram que estava bem. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente Substituto, Eduardo Tavares, no que concerne ao pagamento dos vencimentos de pessoas com contratos pelo IIEFP, desconhece que haja alguém que não tenha recebido. -----

----- Finalmente, o Senhor Presidente Substituto, Eduardo Tavares, relativamente ao RUEMAF, informou que o mesmo foi alvo de uma actualização e que devido à situação financeira em que o Município se encontra, ou seja, estar no FAM, estamos sujeitos a limitações em relação a isenções. Contudo, disse, sentimos essa necessidade e em breve esse regulamento irá ser colocado a discussão pública para uma actualização, é essa a nossa intenção. -----

----- Finalmente, e no seguimento da reunião de câmara anterior, o Senhor Presidente Substituto, Eduardo Tavares, proferiu a seguinte comunicação: -----

----- *“Na última reunião de Câmara, os Vereadores do PSD/CDS, por intermédio do Vereador Vítor Bebiano, leram uma declaração escrita onde acusaram o actual executivo de denegrir a imagem dos vereadores do PSD/CDS, para além de outras considerações despropositadas. -----*

----- *Muito bem meus senhores, quero aqui dizer para que fique escrito na presente ATA, o seguinte: -----*

----- *- fazer política é um ato de coerência, frontalidade e verdade; é defender sempre as nossas posições de forma clara e justa com todos os nossos concidadãos. -----*

----- *Não queiram por isso os Senhores Vereadores da Oposição, por uma lado, tomar decisões e defender causas políticas populistas e demagógicas, ou seja, quando interessa no recato da Intriga e do queixume interesseiro quererem conseguir o voto do povo, e por outro lado, quando acossados por essa mesma política interesseira, que efectivamente é um pau de dois bicos, virem a terreiro defender a vossa honra atacando o actual executivo de falta de ética. -----*

----- *Meus senhores, assumam as vossas ideias e decisões políticas com frontalidade e honestidade, tem toda a legitimidade para o fazer! -----*

----- *O que não é aceitável, é que queiram passar a imagem de políticos cheios de ética e moral e nas costas façam politiquice do “diz que disse” da intriga e da inveja, e dou alguns exemplos: -----*

----- *- Apoios da Segurança Social: subitamente durante este verão, sabe-se lá porquê, o nosso Serviço Local de Segurança Social começou a atribuir apoios para pagamentos de dívidas a algumas famílias do nosso concelho e nesse sentido algumas pessoas foram solicitar ao comercio local 2^{as} vias de faturas para as entregar no serviço da Segurança Social, pois bem, até aqui tudo bem, o que não entendemos é porque quiseram os senhores do PSD/CDS atribuir esses apoios à autarquia, que para os desmentir, vi-me forçado a chamar ao meu Gabinete um desses comerciantes para me esclarecer o assunto e foi ai que percebemos que as faturas eram para entregar na Segurança Social;-----*



----- Por outro lado: a triste campanha de inveja e intriga que o PSD/CDS lançou junto dos Alfandeguenses durante a campanha eleitoral sobre os apoios sociais, quando este executivo apenas utilizou Regulamentos para o efeito criados pelo anterior executivo PSD/CDS. -----

----- E cúmulo dos cúmulo, depois da declaração na última Reunião de Câmara do Vereador Vítor Bebiano, houve um telefonema/conversa deste com uma funcionária do Município, sobre a sua mobilidade aprovada nessa mesma reunião, alertando-a que o Município não estaria a fazer tudo ao seu alcance e que estivesse de olhos bem abertos... enfim!" -----

----- O Senhor Vereador Vítor Bebiano, respondendo à comunicação feita pelo Senhor Presidente Substituto, Eduardo Tavares, e respondendo a alguém que na última reunião de câmara parafraseou um amigo seu e disse “onde é que nós já vamos quando temos inveja dos pobres” ele disse “onde nós chegaremos quando alguém dá o que não é seu, sem saber a quem” -----

ORDEM DO DIA

1. COMUNICAÇÃO PREVISTA NO Nº 4 DO ARTº 49º DA LOE 2017

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Administrativa e Financeira, datada de 15-11-2017, que refere o seguinte: -----

----- “A celebração de novo contrato de aquisição de serviços com diferente objeto e contraparte de contrato vigente em 2016 carece de uma autorização prévia, cuja competência, nas autarquias locais e nas entidades do setor empresarial local, é do presidente do órgão executivo. -----

----- A celebração ou renovação de contratos com idêntico objeto ou contraparte fica sujeita a uma comunicação a efetuar no prazo de 30 dia contados da data da celebração do contrato, comunicação esta que, nas autarquias locais e nas entidades do setor empresarial local, é efetuada ao órgão executivo (n.ºs 4 e 12 do artigo 49.º). -----

----- Perante o exposto vimos por este meio cumprir com a comunicação imposta na LOE 2017: -----

Entidade Contratada	NIF	Valor (€)	Objeto e Fundamentação	Data de Despacho da Presidente do Órgão Executivo
Rui Pedro Dantas Pereira Lda.	509159397	9400.00	Objeto principal a Aquisição de Serviços para o desenvolvido de um serviço integrado que permita conhecer o atual desempenho energético-ambiental de quatro edifícios municipais (Paços do Concelho, Casa da Cultura –Mestre José Rodrigues, Escola EB1 e Biblioteca Municipal) bem como identificar as potenciais medidas de melhoria desse desempenho e de redução da fatura associada aos usos de energia. O trabalho a desenvolver deverá permitir a elaboração de todos os documentos técnicos necessários à instrução de uma candidatura ao Programa de Financiamento Portugal 2020.	28/09/2017
Agostinho Simões Gomes Unipessoal, Lda.	507753992	24800.00	Objecto principal a prestação de serviços para locação de bens	02/11/2017



			<p><i>móveis para a realização da IV Edição da Festa da Montanha a realizar em Sambade entre os dias 3, 4 e 5 de novembro de 2017; de acordo com as características a seguir enunciadas, na presente cláusula.</i></p> <p><i>Tenda de 25x10m com teto duplo, estrado e iluminação</i></p> <p><i>Tenda de 30x10 com teto duplo, estrado e iluminação</i></p> <p><i>Tenda de 5x5 com portas de correr para ante</i></p> <p><i>câmara com estrado e iluminação</i></p> <p><i>2 boxes de contentores cozinha de 7.5x5m equipados com lava loiça, lava mãos, extrator de fumo e prateleiras</i></p> <p><i>Palco de 8x10 com 1m de altura, revestido a alcatifa e saia preta</i></p> <p><i>20 stands em OSV com frontão horizontal e iluminação</i></p> <p><i>550m2 de alcatifa para revestimento do estrado das tendas</i></p> <p><i>50 conjuntos de mesa + 2 bancos corridos com toalha plástica</i></p> <p><i>Aquecimento por cogumelos a gás</i></p> <p><i>Som e luz para os espectáculos</i></p> <p><i>Outdoors:</i></p> <p><i>Outdoor monoposte 10x4m em Braga, na Variante junto à saída Estádio AXA</i></p> <p><i>Outdoor 8x3m A7 Vila do Conde/Guimarães</i></p> <p><i>Colocação de 25 telas de 3x0.80m nos vários concelhos da região transmontana.</i></p> <p><i>Som e Luz (3 dias) com montagem dos seguintes equipamentos:</i></p> <p><i>Sonorização:</i></p>	
--	--	--	--	--



			<i>Sistema tipo Line Array Next LA12</i> <i>FOH:</i> <i>Yamaha PM5D</i> <i>MOH:</i> <i>Yamaha PM5D</i> <i>8 Monitores de Palco JRX212</i> <i>Iluminação:</i> <i>8 unidades Beams 7R</i> <i>8 unidades Wash Martin 101</i> <i>4 unidades Mo</i> <i>lefay</i> <i>Maquina Fumo 1500</i> <i>12 Par 64</i> <i>GrandMA2 ou Avolites Tiger Touch</i> <i>Com montagem/desmontagem</i> <i>dos equipamentos</i>	
<i>Aquasis-Sistemas de</i> <i>informação, S.A.</i>	<i>502539909</i>	<i>29085.00</i>	<i>Objecto principal Aquisição de</i> <i>“Software para que assegure a</i> <i>integração do SIG das infraestruturas</i> <i>de AA e SAR com as plataformas</i> <i>de gestão administrativa e</i> <i>operacional do Serviço Municipal</i> <i>de Águas e Saneamento”</i>	<i>29/09/2017</i>

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da informação acima transcrita. -----

----- 2. MOTO-CLUBE ALFANDEGUENSE – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO -----

----- Sobre o assunto, presente um ofício com registo 8904/2017, do Moto Clube de Alfândega da Fé, através do qual solicitam um apoio financeiro no montante de €250,00 para ajudar a cobrir as despesas decorrentes de uma corrida de motocross realizada no dia 29 de outubro do presente ano. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **unanimidade**, dos presentes, atribuir ao Moto Clube de Alfândega da Fé, um apoio financeiro no montante de €250,00 para apoiar nas despesas decorrentes da corrida referida. -----

----- 3. JUNTA DE FREGUESIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO -----

----- Sobre o assunto, presente um ofício com registo 10073/2017, da Junta de Freguesia de Alfândega da Fé, através do qual solicita um apoio financeiro no montante de €820,00 para fazer face a despesas de funcionamento daquela freguesia. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **unanimidade**, dos presentes, atribuir à Junta de Freguesia de Alfândega da Fé um apoio financeiro no montante de €820,00 para fazer face a despesas de funcionamento daquela freguesia. -----



4. RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO PAM A 30 DE SETEMBRO DE 2017, NOS TERMOS DO ARTIGO 29.º, DA LEI Nº 53/2014, DE 25/08, CONJUGADO COM O ANEXO I DO CONTRATO PAM ----

----- Presente o referido Relatório de Monitorização e Execução do PAM a 30 de Setembro de 2017, do qual foi previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento da Monitorização do PAM do Município de Alfândega da Fé, nos termos do artigo 29.º, da Lei nº 53/2014, de 25/08, conjugado com o Anexo I do Contrato PAM) e deliberou submetê-lo à próxima sessão da Assembleia Municipal também para conhecimento. -----

5. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAR UM ASSISTENTE TÉCNICO EM CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO ATRAVÉS DA RESERVA DE RECRUTAMENTO NO ÓRGÃO OU SERVIÇO DE ACORDO COM O DETERMINADO NO Nº 2 ART.º 40 DA PORTARIA 83_A /2009, 22/01 -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Administrativa e Financeira, datada de 23-11-2017, da qual foi previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **unanimidade**, dos presentes, o seguinte: -----

----- 1. Aprovar o pedido de autorização para recrutar um Assistente Técnico em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado através da reserva de recrutamento no órgão ou serviço de acordo com o determinado no nº 2 art.º 40 da Portaria 83-A /2009, 22/01, com as respetivas alterações; -----

----- 2. Nos termos do n.º 4 do artigo n.º 48 da Lei n.º 42, de 28 de dezembro de 2016, e para efeitos do disposto nos n.ºs 2 e 3 aprovar o pedido em referência e submetê-lo à próxima Sessão da Assembleia Municipal para autorizar o recrutamento de 1 Assistente Técnico com recurso a utilização da reserva de recrutamento do Procedimento concursal comum de 2 Assistentes Técnicos aberto pelo Aviso n.º 10832/2016, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 167 — 31 de agosto de 2016. -----

6. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS “SALÃO DE JOGOS P.J”. – RATIFICAÇÃO DE DECISÃO TOMADA PELO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -----

----- Sobre o assunto, para ratificação, presente o despacho proferido pelo Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares, datado de 20/10/2017, que a seguir se transcreve: -----

----- “Nos termos da alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º48/96 de 15 de Maio, a Câmara Municipal poderá alargar os limites de horários fixados no art.º 1.º do mesmo diploma legal. -----

----- Assim, após solicitação do interessado, e dada a urgência na tomada de decisão, a proximidade do evento, e em virtude da impossibilidade de reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, nos termos do n.º3 do art.º35.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, **autorizo**, o alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento do Café “Salão de Jogos P.J.”, com sede na rua Júlio Pereira, em Alfândega da Fé, na madrugada de 20 para 21 e de 21 para 22 e de 27 para 28 e de 28 para 29 de outubro de 2017, até às 04.00 horas, com vista à realização de vários eventos. --

----- Devem ser respeitados os limites gerais do ruído e acautelar actos de vandalismo nas proximidades do bar. -----

----- Que seja presente à próxima reunião de Câmara para ratificação.” -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **unanimidade**, dos presentes, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Vice-Presidente, da Câmara, Eduardo Tavares, através do despacho acima transcrito. -----

7. SETOR DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO - VALIDAÇÃO DO PERU DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA - ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA ZONA HISTÓRICA DE ALFÂNDEGA DA FÉ, E ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA - PARA DELIBERAÇÃO -----



----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão de Urbanismo e Ambiente, datada de 22-11-2017, que a seguir se transcreve: -----

----- “Na sequência da constituição da “Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Zona Histórica de Alfândega da Fé”, por deliberação da Assembleia Municipal de 13/12/2017, nos termos do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na redação da Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana – RJRU): -----

----- a DUA desenvolveu o “Plano de Ação de Regeneração Urbana” (PARU), aprovado pelo Portugal 2020 – Norte 2020; -----

----- o Município divulgou a ARU junto da população do concelho, informando sobre a política de regeneração urbana do Município e sobre os benefícios fiscais disponibilizados para quem investir na área geográfica da ARU; -----

----- a DO desenvolveu o projeto e a obra “Reabilitação do Espaço Público – Centro (fase I)”; -----

----- a DO está a concluir a elaboração do projeto “Reabilitação da Casa Arcebispo D. José de Moura (fase II)”; -----

----- o Município está a apoiar a implementação do “Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana” (IFRRU), através do ponto focal: arq. Fernando Antunes; -----

----- a DUA operacionalizou a ARU, através da realização da respetiva “Operação de Reabilitação Urbana” (ORU), através do prestador de serviços contratado: arq. Fernando Antunes. -----

----- A presente “informação” refere-se, especificamente, à ORU, a qual é do tipo “sistemática”, ou seja, consiste num intervenção integrada de reabilitação urbana de uma área, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público. -----

----- De acordo com a alínea a) do n.º 3 do artigo 11.º do RJRU, a ORU sistemática executa-se através da modalidade “execução direta pela entidade gestora”, ou seja, o Município de Alfândega da Fé. -----

----- De acordo com a alínea b) do artigo 16.º do RJRU, visando a aprovação da ORU através de instrumento próprio, foi desenvolvido o “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana” (PERU) — que se apresenta em anexo. -----

----- Recorda-se que decorre o prazo de 3 anos para aprovar a ORU da Zona Histórica de Alfândega da Fé, sob pena de caducidade da ARU. -----

----- Para o processo de aprovação ser consumado, nos termos do artigo 17.º do RJRU: -----

----- o projeto de ORU é remetido ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP (IHRU), por meios eletrónicos, para emissão de parecer não vinculativo no prazo de 15 dias; -----

----- simultaneamente, o projeto de ORU é submetido a discussão pública, a promover nos termos previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14/05 — prazo de 20 dias úteis; -----

----- sequentemente, compete à Assembleia Municipal a aprovação da ORU, sob proposta da Câmara Municipal; --

----- finalmente, o ato de aprovação de ORU é publicado através de aviso na 2.ª série do Diário da República e divulgado na página eletrónica do município. -----

----- Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal **valide o projeto da ORU**, consubstanciado no “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana” (PERU) em anexo. -----

----- — Nos termos da “informação”, proponho que a Câmara Municipal **determine a abertura do período de discussão pública** e que **determine a remessa do PERU para o IHRU.**” -----

----- Foi chamado para prestar alguns esclarecimentos, relativamente ao Programa referido, o Senhor Arquiteto Fernando Antunes. -----



----- Após os esclarecimentos prestados pelo Senhor Arquiteto, a Câmara Municipal deliberou, por **unanimidade**, dos presentes, validar o projecto da ORU, consubstanciado no “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU)”, anexo à informação acima transcrita. Mais foi deliberado determinar a abertura do período de discussão pública e remeter o PERU para o IHRU. -----

----- **8. SETOR DE GESTÃO URBANÍSTICA - PROCESSO LE.17/17 – LOE.276/17 - APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA DA OBRA DE ALTERAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO DESTINADA A "TER - CASA DE CAMPO", SARDÃO, REQUERIDO POR MARIA JÚLIA POSSACOS AFONSO - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA SUBDELEGADA NO VEREADOR DO URBANISMO VU.03)** -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **9. SETOR DE GESTÃO URBANÍSTICA - PROCESSO LE.1/16 – ESP.265/17 - DEFERIMENTO DO PEDIDO DE LICENCIAMENTO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO DESTINADA A "TER - CASA DE CAMPO", FELGUEIRAS, REQUERIDO VIRGÍLIO CÉSAR BRAZ - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA SUBDELEGADA NO VEREADOR DO URBANISMO VU.07)** -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **10. SETOR DE GESTÃO URBANÍSTICA - PROCESSO LE.3/17 – ESP.270/17 - DEFERIMENTO DO PEDIDO DE LICENCIAMENTO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO DESTINADA A "HABITAÇÃO UNIFAMILIAR", ALFÂNDEGA DA FÉ, REQUERIDO JOHN MANUEL ALVES - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA SUBDELEGADA NO VEREADOR DO URBANISMO VU.07)** -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **11. SETOR DE GESTÃO URBANÍSTICA - PROCESSO LE.9/17 – LOE.205/17 - DEFERIMENTO DO PEDIDO DE LICENCIAMENTO DA OBRA DE DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO DESTINADA A "HABITAÇÃO UNIFAMILIAR", SAMBADE, REQUERIDO CLÁUDIO FILIPE RUIVO BRAZ - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA DELEGADA NA PRESIDENTE DA CÂMARA VU.07) (DESPACHO DE 20/10/2017)** -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **12. SETOR DE GESTÃO URBANÍSTICA - PROCESSO PC.40/17 – CPR.287/17 - EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL QUANTO CONSTITUIÇÃO DE COMPROPIEDADE / FRACIONAMENTO DE PRÉDIOS RÚSTICOS (ARTIGO N.º 532 - UNIÃO DE FREGUESIAS DE FERRADOSA E SENDIM DA SERRA; ARTIGO N.º 1298 - UNIÃO DE FREGUESIAS DE EUCÍSIA, GOUVEIA E VALVERDE), REQUERIDO POR MARIA BEATRIZ ALVES DE SOUSA - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA SUBDELEGADA NO VEREADOR DO URBANISMO VU.44)** -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Esteve presente a assistir à Reunião de Câmara o Presidente da União de Freguesias de Gebelim e Soeima, Hélio José Madureira Aires. -----

----- Por último deliberou a Câmara Municipal aprovar esta ata em minuta, por **unanimidade**, dos presentes, nos termos do n.º 3 do Art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, para efeitos imediatos. -----

----- E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente Substituto, Eduardo Tavares, declarou encerrada a reunião, pelas dezasseis horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada. -----

----- E eu, Sandra Manuela Penarroias Fernandes Camelo, Técnica Superior, a mandei lavrar, subscrevo e também assino. -----

Presidente da Câmara Municipal: _____



Secretária da Reunião: _____

sandrac